



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação da Mina e das Estruturas de Disposição de Estéril e Rejeitos”, de responsabilidade da Vale Fertilizantes S/A, realizada no dia 05 de abril de 2011, no Município de Cajati/SP.**

Realizou-se, no dia 05 de abril de 2011, às 17 horas, no Hall da Prefeitura Municipal de Cajati, situado na Praça do Paço Municipal, nº 10, Cajati/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação da Mina e das Estruturas de Disposição de Estéril e Rejeitos”, de responsabilidade da Vale Fertilizantes S/A (Proc. SMA 13.623/2003). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Deputado Estadual, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Luiz Henrique Koga, Prefeito Municipal de Cajati; Maria Lucileide Cordeiro Galera, Vice-Prefeita Municipal de Cajati; Hordene Mazzolin Filho, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Cajati; Fabiano Milton de Souza, Diretor do Departamento de Agricultura da Prefeitura Municipal de Cajati; Sandra Areco, Diretora do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Cajati; Kathleen Chaves, Diretora do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Cajati; Reginaldo Monma, Diretor do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Cajati; Cláudio Augusto Marques, Diretor do Departamento de Esportes da Prefeitura Municipal de Cajati; e Solange Rosa, Diretora do Departamento de Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Cajati –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Vanderlei de Mattos, Celso Anastácio de Oliveira, Marli Aparecida de Oliveira e Aparício de Oliveira, todos vereadores pelo Município de Cajati –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores 1º Tenente Robson, representante da Polícia Militar Ambiental; Ney Ikeda, Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE; e Ocimar Bim, representante do Parque Estadual do Rio Turvo, em Cajati –, das organizações da sociedade civil – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Prof. Arlei Macedo, Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Vale do Ribeira; Adilson Vieira Alves, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati; João Batista dos Santos, representante da Pastoral da Criança de Cajati; e Darli de Oliveira, representante da organização não-governamental MECA, de Cajati –, das entidades ambientalistas – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Iwy Wiens, representante do Instituto Socioambiental –, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação da Mina e das Estruturas de Disposição de Estéril e Rejeitos”, de responsabilidade da Vale Fertilizantes S/A (Proc. SMA 13.623/2003). O Secretário-Executivo do CONSEMA esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos em licenciamento, projetos, obras, planos de manejo, enfim, sobre tudo aquilo que dizia respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, era um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretendia democrática, e em cujo desenrolar determinada proposta era apresentada a todos, para que pudessem ser colhidas indagações, sugestões, críticas e tudo o mais que pudesse contribuir para melhoria do projeto ou da proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tivessem algo a dizer pudessem fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

ainda que o CONSEMA previu que as audiências se desdobrassem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte teria lugar uma exposição detalhada sobre o objeto da discussão, que era, nessa ocasião, o projeto do empreendimento “Ampliação da Mina e das Estruturas de Disposição de Estéril e Rejeitos”, de responsabilidade da Vale Fertilizantes S/A. Explicou que falariam, em primeiro lugar, o empreendedor ou seu representante, para apresentação da proposta, e, em seguida, o representante da empresa de consultoria responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Logo após, se concederia a palavra àqueles que representavam organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representavam órgãos públicos ou entidades civis e que falavam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestariam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal. A seguir, os representantes do CONSEMA que houvessem se inscrito, com direito também a cinco minutos cada um e, caso estivessem presentes representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente-COMDEMAS, cada um teria direito a cinco minutos. Por fim, falariam representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que faziam parte do Poder Legislativo, manifestando-se ambos em último lugar, pois que dessa forma ouviriam as opiniões dos diferentes segmentos da sociedade e, ao se manifestarem, poderiam oferecer esclarecimentos, se estes se fizessem necessários. O Secretário-Executivo do CONSEMA convidou então, para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, Maria Cristina Poletto, Gerente da Divisão – TAE/CETESB, representando o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe responsável pelos estudos ambientais. Ricardo Manoel de Oliveira, Diretor de Meio Ambiente da Vale Fertilizantes S/A, apresentou o projeto, após o que Ciro Terêncio Russomano Ricciardi e João Cláudio Estaiano, respectivamente Diretor e geógrafo da PROMINER Projetos S/C Ltda., empresa responsável pela elaboração dos estudos ambientais, apresentaram os estudos ambientais que integravam o EIA/RIMA, dando ênfase aos principais impactos resultantes da implantação e funcionamento da obra e às medidas a serem implementadas para compensá-los ou mitigá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Darli de Oliveira, representante da organização não-governamental MECA, de Cajati, e professor da rede estadual de ensino no mesmo município, discorreu com brevidade acerca da evolução do ambientalismo em Cajati. Especificamente sobre o projeto sob análise, opinou que os estudos privilegiariam os aspectos fundamentais a serem abordados, o que o tornava apto a lograr aprovação dos órgãos competentes para sua análise. Comentou tratar-se a atividade mineradora de “um mal necessário”, posto que inegável o impacto que provoca, mas ressaltou que toda a região estuarino-lagunar formada pelos municípios de Iguape, Cananéia e Guaraqueçaba, conhecida como o “berçário do Oceano Atlântico”, sofrera severamente os impactos decorrentes dessa atividade, razão pela qual mantinha-se preocupado a respeito. Declarou esperar que a Vale, empresa responsável pelo empreendimento, trate as questões relativas à implantação do projeto, assim como e sobretudo as populações afetadas pela obra, diversamente daquilo que sua atuação registrara nos municípios vizinhos, e fez votos de que a interlocução do empreendedor com a prefeitura seja produtiva no sentido de se assegurar a criação de mecanismos que possibilitem também ao município aferir parte da riqueza proveniente de tão lucrativa atividade. Manifestou sua preocupação em como se manterá o crescimento do município após finda a exploração da cava, discussão que, ponderou, não tinha naquele seu foro e momento eletivos. Declarou por fim que se dará por satisfeito desde que literal e integralmente seguidas as recomendações do Comitê da Bacia Hidrográfica, e manifestou seu interesse em melhor conhecer o



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

projeto de educação ambiental da Vale Fertilizantes. Adilson Vieira Alves, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati, destacou a importância histórica daquela audiência pública, segundo ele a primeira oportunidade que era dada à população de opinar acerca de assunto de relevância para o município. Exigiu posicionamento eficaz do Conselho Estadual do Meio Ambiente e do Comitê de Bacias face aos importantes impactos que o empreendimento terá sobre Cajati. Propugnou que, sob inspiração e escorado nos recentes avanços da legislação ambiental, se estabelecesse uma nova política de relacionamento entre a Vale Fertilizantes e os agricultores do município, assim como com toda a sociedade cajatiense. Propugnou ao final pelo beneficiamento do minério produzido pelo empreendimento no próprio município, de modo a possibilitar que Cajati possa também participar da riqueza que às custas de suas terras é produzida, e encaminhou documento pertinente à Mesa dos Trabalhos. João Batista dos Santos, representante da Pastoral da Criança e membro do Conselho Municipal de Saúde, indagou dos empreendedores como se daria o reflorestamento previsto, de 410 hectares, e que medidas seriam tomadas para se assegurar a proteção do Rio Jacupiranguinha. Questionou ainda como será gerenciada a cava sob a perspectiva de seu esgotamento e à vista de sua proximidade do principal eixo urbano, após trinta anos de exploração. Fez votos de que a Vale Fertilizantes marque sua atuação pela tônica da preocupação social, especialmente com os hipossuficientes e aqueles que sofrerão diretamente os impactos do empreendimento, e pela aplicação da riqueza produzida em prol da própria cidade. Ivy Wiens, representante do Instituto Socioambiental de Eldorado e membro do Comitê de Bacias, declarou que entre suas preocupações acerca do empreendimento destacavam-se a preservação dos recursos hídricos da região à vista dos impactos que sofrerá em implantada a obra, a questão das pilhas de estéreis e a necessidade de instrumentalização da defesa civil para atuar de modo eficaz frente a eventuais emergências. Informou que 83% dos entrevistados em pesquisa realizada junto à população local relacionavam a atividade da empresa com importantes impactos ambientais. Manifestou ainda sua preocupação com a Mata Atlântica, que tem 23% de sua área total inserida no Vale do Ribeira, e observou que uma redução dos índices de qualidade de vida na região tem levado a um contínuo êxodo populacional, que registrava já 0,5% nos últimos dez anos. Destacou a esse respeito considerar que devem permanecer na região as riquezas produzidas pela mineradora. Declarou esperar que os compromissos, projetos e programas firmados pela empresa por ocasião de outros empreendimentos sejam trazidos para e implementados também em Cajati. Enfatizou que toda a parceria dessa natureza deve propiciar o desenvolvimento econômico regional, no caso, para o Vale do Ribeira. Ponderou que o capital social disponível na região não pode ser desconsiderado, e que a população tinha o direito de participar da riqueza que a mineradora produziria. Destacou que o parecer da lavra do Comitê de Bacias havia sido produzido da forma mais séria possível, de modo que nada daquilo que era nele recomendado poderia ser em alguma medida desconsiderado. Ocimar Bim, gestor do Parque Estadual do Rio Turvo, de Cajati, ressaltou a importância do Rio Jacupiranguinha no âmbito do processo industrial, e enfatizou a necessidade de bem protegê-lo. Comentou que há muito milita na seara ambiental, e que tem lidado especialmente com o Vale do Ribeira, que tem hoje 60% de sua área total protegida. Destacou que o segundo maior parque do Estado, com 75 mil hectares de matas e incontáveis córregos, encontra-se em Cajati. Saliu a importância de que o EIA-RIMA contemple, como estudo complexo que é, os mais variados impactos possíveis, quaisquer que sejam suas dimensões, e de modo especial a poluição sonora e atmosférica. Alertou para a provável contaminação do lençol freático, fato comum em se tratando de atividades relacionadas à mineração, e citou estudos da Universidade de São Paulo a respeito. Esboçou críticas à abordagem simplista e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

aos modestos padrões em respeito aos quais a legislação vigente estabelece seja feita a compensação ambiental, salientou a necessidade de implementação de programas de educação ambiental e de se atentar com reverência para tudo quanto é recomendado no parecer do Comitê de Bacias. Relatou iniciativas tomadas na área do Parque Estadual do Rio Turvo, no âmbito da compensação ambiental, com o plantio de 120 mil mudas, entre outras iniciativas. Chamou a atenção ainda para as interferências da atividade rurícola e da ocupação irregular sobre esse ecossistema, e pontuou a necessidade de ampliação da rede de esgotos e recuperação do Rio Jacupiranga. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Vanderlei de Matos, vereador pelo município de Cajati, considerou benéfica a instalação da mineradora na cidade, e ponderou que o fato constituía ocasião propícia ao estabelecimento de parcerias de cunho social, voltadas sobretudo à erradicação da pobreza na região. Manifestou sua preocupação com o impacto decorrente da detonação de explosivos, com a determinação da área que sofrerá maior e mais intensa exploração e com os reflexos desta sobre a região metropolitana. Sugeriu a criação de comissão destinada a gerir a mitigação dos impactos ambientais que conte com a participação da sociedade civil, organizações não governamentais, associações e Poder Público. Patenteou sua preocupação com a recuperação da qualidade das águas e do leito do Rio Jacupiranguinha, que tem atualmente suas margens assoreadas. Luiz Henrique Koga, Prefeito Municipal de Cajati, saudou aos empreendedores e a todos os presentes, dando ênfase ao significado daquele evento. Comprometeu-se a militar em prol do aprimoramento dos aspectos técnicos do projeto em debate, de modo a adequar os interesses do empreendedor aos anseios da população cajatiense. Assegurou existirem condições plenamente favoráveis a um profícuo diálogo entre empreendedor e comunidade interessada, e colocou-se à disposição de ambos para tudo quanto pudesse contribuir no processo que haverá de conduzir essa etapa de conversações a uma parceria promissora. Passou-se à etapa em que tem lugar as réplicas e esclarecimentos de dúvidas suscitadas no curso da audiência. Ricardo Manoel de Oliveira, Diretor de Meio Ambiente da Vale Fertilizantes S/A, comentou acerca dos projetos desenvolvidos anteriormente pela empresa, e destacou a experiência da Vale na implementação de programas de educação ambiental e que experiências nesse âmbito serão reproduzidas no projeto sob análise. Informou que discutiria tempestivamente as reivindicações apresentadas pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e assegurou ao representante da Pastoral da Criança que a medida em que o estudo previa se desse a compensação ambiental – 410 hectares – correspondia à compensação mínima prevista em lei específica. Quanto ao período de exploração da cava, informou trabalhar com a estimativa de vinte e cinco anos ou 600m, mas que a decisão pelo encerramento das atividades mineradoras se daria oportunamente, num incerto momento futuro. Observou a esse respeito que a legislação em vigor é extremamente rígida no que concerne aos passivos ambientais, descomissionamento e plano de fechamento da mina. Sugeriu alternativas à compensação ambiental proposta, todas em discussão. Teceu elogios à qualidade técnica das recomendações feitas pela CETESB e às reivindicações apresentadas, e comprometeu-se a analisá-las todas cuidadosamente. Deu ênfase à nova tônica que determina o relacionamento da empresa com a municipalidade, marcadamente democrática e participativa. Admitiu a eficácia da mobilização da comunidade na defesa de seus legítimos interesses e ofertou maiores informações acerca de Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD protocolizado em 1989. Ciro Terêncio Russomano Ricciardi, Diretor da Prominer, esclareceu que o que se buscava fazer naquele momento era sintetizar em meia hora de apresentação os doze volumes que compunham do EIA-RIMA, razão pela qual se desculpava diante do acelerado ritmo e das inevitáveis lacunas em que incorrera durante a exposição dos estudos.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Ministrou que, em futuro indeterminado, a cava resultante da atividade mineradora, como via de regra acontece, deverá tornar-se um repositório de água. Comentou que o reflorestamento feito no parque dizia respeito a compensações relativas a diferentes empreendimentos. Reconheceu a necessidade de recuperação do Rio Jacupiranguinha, mas ponderou que será a mobilização pública o fator determinante na definição dos locais em que o empreendedor operará a compensação ambiental. Esclareceu, ao final, que o programa de recuperação ambiental será revisto à medida em que instalado o empreendimento, à medida em que o planejamento da lavra avançar e que a prospecção tiver continuidade, tratando-se portanto de um trabalho contínuo, submetido a permanente revisão. Instado por Maria Cristina Polleto, Gerente de Divisão da CETESB, a oferecer esclarecimentos suplementares, o Diretor da Prominer sublinhou que o *quantum* previsto para o reflorestamento era resultante da aplicação ao empreendimento em análise daquilo que determinava a lei, mas que o local em que se dará o reflorestamento era questão sobre a qual ainda se podia discutir, posto que não fora determinado até então. Esclareceu que as inundações devem-se, entre outros, à ocupação de áreas de preservação permanente, e antecipou que será implementado plano de monitoramento da vibração e dos ruídos produzidos, em colaboração com os moradores. No que tange ao monitoramento do material particulado e outros gases, informou que a Vale Fertilizantes estava em vias de inaugurar estação automatizada de medição da qualidade do ar, que aferirá os índices continuamente, em dez parâmetros, tanto do material particulado quanto dos gases produzidos. O Secretário-Executivo do CONSEMA informou que as pessoas que ainda desejassem concorrer para o aperfeiçoamento do projeto poderiam enviar sua contribuição no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de realização da audiência pública, protocolizando-a diretamente na Secretaria Executiva do Conselho ou enviando-a através dos Correios ou pelo endereço eletrônico [consema.sp@ambiente.sp.gov.br](mailto:consema.sp@ambiente.sp.gov.br). Em seguida, declarou cumpridas as normas estipuladas pela Deliberação Consema 34/01 e encerrados os trabalhos. Eu, Gerson Cotrim Filiberto, Executivo Público lotado no Núcleo de Documentação e Consulta do CONSEMA, lavrei e assinei a presente ata.